

上訴案第 808/2023 號

日期：2024 年 4 月 25 日

- 主題：
- 無罪判決中的民事責任
 - 因委託關係而產生的民事責任
 - 過錯責任與推定責任的排他性關係
 - 民事訴訟中的請求原則
 - 委託人的返還權
 - 過分審理

摘 要

1. 根據《刑事訴訟法典》第 358 條的規定，刑事的無罪判決並不妨礙審理民事請求並作出給付判決，只要能夠確定構成民事責任的要件，即：行為人意志可以控制的行為，行為的不法性，行為人的過錯（故意或者過失），損害及其與事實之間存在因果關係。
2. 《民事訴訟法典》第 579 條的重點在於無罪裁判“以嫌犯並未作出其被歸責之事實為由判嫌犯無罪”。在本案的刑事判決沒有得到證實的部分是“沒有證實嫌犯實施了侵犯受害人的身體完整性的行為”，而不是證實了“嫌犯沒有實施被控的犯罪事實”，或者“其行為具有合法性”而開釋其罪名。
3. 一方面，刑事嫌犯並不能享受《民事訴訟法典》第 579 條所規定的推定，另一方面，本案並沒有任何因素妨礙法院再次確認民事賠償在責任的成立與否，尤其是像本案上訴人所提出的民事被告不存在過錯的確認。
4. 委託他人作出任何事務之人，無論本身有否過錯，均須對受託人所造成之損害負責，只要受託人對該損害亦負賠償之義務。
5. 受託人的過錯並非免除委託人責任的原因，只要受託人負有賠償義務，那麼委託人便對受託人所造成的損害承擔風險責任。。

6. 當某人從事利己活動是對他人增加了風險，從這些活動而對他人造成的損害當然必須由從該活動獲益者承擔責任。因此，法律依照社會公正以及互助原則而規定了風險責任或客觀責任 (ubi commodum, ibi incommodum) 。
7. 委託要求在委託人和受託人之間存在一種能夠令前者向後者發出命令或指示的依賴關係.....，因為只有存在領導的可能性，前者才有理由為後者的行為負責。
8. 委託人的民事責任的確定包含以下的要素：
 - 存在委託關係；
 - 這種關係的特點是受託人對委託人的服從或者依賴關係，並接受委託人的工作命令或者工作指導；
 - 行為在受託人履行委託人交與其的職務時作出的。
9. 至於負連帶責任的各方之間應該承擔多少的分擔責任，則是他們之間的內部關係，在沒有成為民事請求的標的情況下，法院不能對此事宜作出決定。
10. 當法院已經明確確定了有關的事故為第三、第四民事被告的過失所致，也就不會再產生因危險活動而產生的危險責任的推定了，即確定的過錯責任不可能與因危險活動而產生的風險責任相競合，因為兩者存在排他的關係，也就是為何法律規定推定責任是可以推翻的推定，容許受損於推定責任者可以反證推翻推定，那證實了第一層次的責任，也就不會產生第二層次的責任了。
11. 《民法典》第 493 條第 3 款所規定的委託人的返還索求權的確定不能在本案進行，因為，首先，就民事請求方面，我們僅需審理民事原告所提出的民事請求，並就此請求作出決定。其次，在本案中，委託人與受託人在本案中均屬於民事原告的被告，他們具有相同的訴訟地位，同屬主訴訟主體，而非單純的參與人，無論是主參與還是誘發參與，而受託人在本案中並非委託人的被告，不但沒有對其

提出過請求，也不可能提出此請求，並以被告身份將同是被告的人確定為他的被告。

12. 原審法院在當事人沒有請求的情況下決定了此項事宜，陷入了《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項的過分審理的瑕疵，應予以宣告無效。
13. 宣告原審法院過分審理的判決無效之後，上訴法院不能就此無效作出實質判決，正因為涉及的事宜並不構成本案的訴訟標的。

裁判書製作人

蔡武彬

上訴案第 808/2023 號

上訴人：A

B

C

D

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院起訴並提請初級法院以合議庭普通訴訟程序審理嫌犯 A 及 B，他們為直接正犯，其既遂行為分別觸犯《刑法典》第 142 條第 3 款所規定及處罰的一項過失傷害身體完整性罪，以及《刑法典》第 142 條第 1 款所規定及處罰的一項過失傷害身體完整性罪。

受害人 E 和 F (未成年人，由母親 E 代表) 針對七名民事被請求人 A、B、G、H、C、D、I 提出民事損害賠償請求，要求判處民事被請求人向其支付下列賠償 (參閱卷宗第 291 至 302 頁民事請求書內容)：

- 以連帶責任方式向第一民事請求人賠償出院至本請求提出日期間的醫療費合共澳門幣 47,129 元；
- 以連帶責任方式向第一民事請求人賠償出院至本請求提出日期間的交通費合共澳門幣 159 元；
- 以連帶責任方式向第一民事請求人賠償購買腋拐費用澳門幣 200 元；
- 以連帶責任方式向第一民事請求人賠償購買暖水袋費用澳門幣 176 元；

- 以連帶責任方式向第一民事請求人賠償自意外發生日至本請求提出日期間的薪金損失澳門幣 538,272 元；
- 以連帶責任方式向第一民事請求人賠償自本請求提出日之後的醫療費、藥物費、交通費及薪金等可預見的損失，應留待執行判決時方作出結算；
- 以連帶責任方式向第一民事請求人賠償因工作能力受損而喪失收入的損害賠償澳門幣 850,000 元；
- 以連帶責任方式向第一民事請求人賠償非財產損害賠償不少於澳門幣 800,000 元；
- 以連帶責任方式向第二民事請求人賠償非財產損害賠償不少於澳門幣 100,000 元；
- 以連帶責任方式支付上述所有款項自傳喚日至實際支付日期間的法定利息；及支付本案的所有訴訟費用，包括律師職業代理費。

兩名民事請求人提出載於卷宗第 763 及背頁民事請求書的追加請求，請求七名民事被請求人以連帶責任方式向第一民事請求人賠償自 2021 年 4 月 21 日至 2022 年 6 月 8 日期間的醫藥費損失澳門幣 3,926 元。

J 作為誘發參加的利害關係人參加與第七民事被請求人相同訴訟地位的訴訟。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR4-21-0033-PCC 號案件中，經過庭審，最後判決：

1. 檢察院控訴嫌犯 A 及嫌犯 B 以直接正犯和既遂行為分別觸犯：《刑法典》第 142 條第 3 款所規定及處罰的一項過失傷害身體完整性罪；以及《刑法典》第 142 條第 1 款所規定及處罰的一

項過失傷害身體完整性罪，均判處罪名不成立；

2. 本合議庭判處第一、第二民事被請求人、第三、第四民事被請求人、第五、第六民事被請求人、第七民事被請求人及其保險責任人 J 須以共同及連帶責任方式向兩名民事請求人 E 及 F 分別支付賠償金額澳門幣 829,862.00 元和澳門幣 5,000 元，尚需支付自本案判決日起計至付清的法定延遲利息；
3. 另外，在不妨礙上述民事被請求人以共同及連帶責任方式向兩名民事請求人 E 及 F 支付上述總金額的賠償金以外，上述民事被請求人之間的內部分配因存有以衡平方式訂定之比例：
 - 第三、第四民事被告（兩名工人）分擔合共 50% 的責任，第一、第二民事被告需與第三、第四民事被告（兩名工人）共同及連帶地承擔該 50% 之責任，且內部關係上，倘委托人（第一、第二民事被告）或受托人（第三、第四民事被告）其中一方承擔了對方的連帶責任，委托人或受托人只可向對方求償當中一半的責任；
 - 第五民事被告對第一至第四名員工應負上委托人的風險責任，即負上 50% 的風險責任，且不妨礙其求償權；
 - 第五、第六民事被告因承包人/分包人未盡好監督義務而須分擔 20% 的危險活動的責任；
 - 第七民事被告因未盡好監督義務而須分擔 30% 的危險活動的責任，其責任轉移至其保險公司；
 - 此外，在上指組合中沒有或不能確定各人之過錯程度時，依法推定其為相同；
 - 上述賠償另加自本案判決日起計至付清之法定延遲利息。
4. 本案駁回兩名民事請求人之餘下民事請求。

第一、第二、第五、第六民事被請求人 A、B、C 及 D 對判決不服，

一同向本院提起了上訴 (其內容載於卷宗第 1238 頁至 1260 頁) 。¹

¹ 其葡文內容如下：

- A. Da impugnação da matéria de facto – Ficou provado que “ 第三和第四被告(工人)知悉上述天花圍板無法支撐一個人的重量。 ” (Cf. pág. 48 da sentença recorrida.)
- B. E não provado que “ 嫌犯 B 作為施工監督人，在不能確定天花圍板是否能承受兩名工人的體重的情况下，便要求 G 及 H 進入該天花圍板內工作。 ” (Cf. pág.21 da sentença recorrida.)
- C. Ao mesmo tempo ficou provado que: 《 同日下午約 15 時，當 G 及 H 正在 7 至 8 樓扶手電梯的天花圍板內工作時... ” 。 ” (Cf. pág.11 da sentença recorrida.)
- D. Tal facto deverá, no entanto, ser julgado como não provado.
- E. Primeiro, porque conforme resulta das fotografias de fls. 1085, o teto falso em causa não ter espaço nem altura suficiente para alguém nele lá conseguir trabalhar.
- F. Segundo, porque viola as *legis artis* previstas nos art.ºs 2º, d), 6º, nº 1, 93º, nº 2, 94º, nºs 1 e 2, 112º, 113º, 135º, nºs 1 e 2, 136, 137º, nºs 1 e 2, 154º, do RHSTCC.
- G. Isto por um tecto falso **nunca** poder ser usado como uma plataforma de trabalho no exercício da função confiada ao trabalhador/comissário por tal ser contrário ao interesse do construtor/comitente, conforme resulta das disposições supra citadas do RHSTCC e do respectivo quadro legal sancionatório previsto no Decreto-Lei nº 67/92/M, designadamente do disposto no seu art.º 8º, nº 1 e 2, cujo incumprimento determina a suspensão dos trabalhos até que a entidade fiscalizadora reconheça, após verificação, que foram supridas as deficiências.
- H. Terceiro, porque viola as regras da experiência da vida comumente aceites pelo homem médio suposto pela ordem jurídica designadamente a regra de que 《 *nenhuma pessoa faz o que sabe não ser possível* 》.
- I. Quarto, porque não resulta de um juízo de “ *probabilidade que roça a certeza* ” pelo que viola o padrão da prova pressuposto nos limites do princípio da livre convicção a que se refere o art.º 114º do CPP, cujo controlo, enquanto matéria de direito, se inscreve nas competências do tribunal *ad quem*.
- J. Ora, a frase 《 同日下午約 15 時，當 G 及 H 正在 7 至 8 樓扶手電梯的天花圍板內工作時... 》 (Cf. Pág. 11 da sentença recorrida) contida no artigo 8º da Acusação Publico contende com os restantes factos provados (e não provados) e com a prova produzida conforme supra demonstrado no corpo desta motivação, pelo que não resulta da *convicção indubitável* ou 《 *para além de toda a dúvida razoável* 》 do tribunal a quo que a versão dos factos nela contida realmente se verificou.
- K. Quanto aos 3º e 4º Demandados Cíveis – Na perspectiva do tribunal a quo, o 3º e 4º Demandados Cíveis são responsáveis pelos danos, nos termos do disposto nos art.ºs 477º⁽⁴⁾ e 480, nº 2 (Artigo 480º (Culpa) 1. É ao lesado que incumbe provar a culpa do autor da lesão, salvo havendo presunção legal de culpa. 2. A culpa é apreciada, na falta de outro critério legal, pela diligência de um bom pai de família, em face das circunstâncias de cada caso.), ambos do Cível.
- L. Isto porque “ 根據已審理查明之事實，涉案意外的事故是由於第三和第四被告(工人 G 及 H) 的自願行為而發生的，是他們自行進入扶手電梯頂的天花圍板內並站在上面，導致天花圍托板

因承托力不足而塌下，並隨後造成二名被害人受傷。第三和第四被告（工人）知悉上述天花圖板無法支撐一個人的重量。” (Cf. pág. 58 da sentença recorrida.)

- M. Mas tal não significa que, no caso ora em apreço, o dever de indemnizar formado na esfera jurídica do G e do H se possa (ou deva) transferir para a C e/ou para o A e para o B.
- N. É que para que a C, o A e o B pudessem ser responsabilizados nos termos do disposto no art.º 493º, nº 1 e 2, do CCivil era necessário que o acto gerador dos prejuízos em causa tivesse sido praticado pelos comissários no exercício da função que lhes foi confiada pelo comitente.
- O. Sucede que tal não sucedeu no caso sub judice por ter ficado provado que o G e o H sabiam que o tecto provisório em cima das escadas rolantes não suportava o peso de uma pessoa.
- P. Ora, se o sabiam e mesmo assim lá entraram, fazendo-o desabar sobre as escadas rolantes, terão cometido o crime negligente p. e p. no art.º 142º, do Código Penal ex vi do disposto no art.º 14º, ambos do Código Penal e impossibilitado a execução da comissão, dado o desabamento do tecto falso sobre as escadas rolantes ter obrigado à interrupção dos trabalhos.
- Q. Afigura-se, pois, meridiano que a tal comportamento dos 3º e 4º Demandados Cíveis não foi praticado no interesse do comitente, pelo que lhe falta o necessário nexó teleológico de que fala o Prof. VAZ SERRA in Prof. Vaz Serra, BMJ nº 85, pág. 489.
- R. Afigura-se também meridianamente evidente que a eventual prática de crimes, mesmo negligentes, contra a integridade física dos pessoas, **que impeçam execução da comissão**, como sucedeu no caso sub judice, não se inscreve no “quadro geral da competência ou dos poderes conferidos ao comissário” por tais comportamentos não serem previsível e adequados ao exercício das funções atribuídas e, nessa medida não terem com elas o indispensável nexó de causalidade.
- S. Assim, **inexiste** responsabilidade objectiva do comitente por facto tipicamente ilícito e culpável directa e necessariamente danoso causalmente do desempenho funcional ou profissional de um comissário daquela **quando** a prática de tal facto **não é objecto de risco de adequada previsibilidade directa e imediata pelo comitente** mercê da actividade cujo desempenho este concretamente contratou.
- T. Não se verifica, pois, a hipótese prevista no art.º 493º, nº 2, do Código Civil, nem, por conseguinte, responsabilidade do comitente, porque o facto danoso **não** foi praticado pelo G e pelo H no exercício das funções que lhes foram confiadas pela C por intermédio do A e do B, mas apenas por ocasião delas.
- U. **Quanto ao 1º e 2º Demandados Cíveis** – segundo a sentença ora recorrida o 1º e 2º Demandados Cíveis são solitariamente responsáveis em 50% pelos danos causados pelo 3º e 4º Demandados Cíveis às Lesadas por com eles se encontrarem numa relação de comitente-comissário nos termos do art.º 477º, nº 2, aplicável por força do art.º 493º, nº 1, in fine, ambos do CCivil.
- V. E nos termos do disposto no art.º 493º, nº 3 do CC, conjugado com a “responsabilidade pelo risco” previsto no art.º 490º, nº 2, (Artigo 490º (Responsabilidade solidária) 1. Se forem várias as pessoas responsáveis pelos danos, é solidária a sua responsabilidade. 2. O direito de regresso entre os responsáveis existe na medida das respectivas culpas e das consequências que delas advieram, presumindo-se iguais as culpas das pessoas responsáveis.) os 1º e 2º Demandados Cíveis devem ainda assumir a responsabilidade solidária conforme os respectivos graus de culpa internos, existindo entre eles o direito de regresso.
- W. Sem razão.
- X. Primeiro, porque o G e o H são comissários da C e não do A e do B, uma vez que não actuam

-
- por conta destes, mas por conta daquela de quem são trabalhadores não-residentes, conforme descrito no artigo 1º da acusação pública e julgado provado na sentença recorrida.
- Y. Segundo, porque o facto danoso não foi praticado pelo A, e pelo B no exercício da função que lhe foi confiada, conforme vista supra, pelo que não se verifica o requisito previsto no art.º 493º, nº 2, última parte, do CCivil.
- Z. Terceito, porque nenhuma das partes civis pediu ao tribunal para resolver o problema da distribuição interna de responsabilidades pela prática do facto danoso, ou seja, ninguém pediu ao tribunal que determinasse a proporção das culpas dos responsáveis para efeitos de direito de regresso.
- AA. Sucede que no que respeita ao conhecimento da distribuição interna de responsabilidades pela prática do facto danoso para efeitos de regresso, ou seja, a medida das respectivas culpas e das consequências que delas advieram a que se refere o disposto no art.º 490º, nº 2, do CCivil, tal não compete ao tribunal penal, tendo tal questão que ser discutida em acção própria (eventualmente a intentar no futuro) e não nos presentes autos, conforme decidido no acórdão do V.ª TUI, de 22.07.2016 (Processo nº 40/2016), in www.court.gov.mo.
- BB. Logo, ao determinar que o 1º e 2º Demandados Cíveis são solidariamente responsáveis em 50% pelos danos causados pelo 3º e 4º Demandados Cíveis às Lesadas por com eles se encontrarem numa relação de comitente-comissário, o tribunal a quo conheceu *ex officio* de matéria não excluída da disponibilidade das partes e que não interessa à decisão da causa por nada ter a ver com o facto ilícito gerador da obrigação de indemnização.
- CC. Ao conhecer da questão da distribuição interna de responsabilidades pela prática do facto danoso sem que alguém lho tivesse pedido ou a lei o impusesse, o tribunal a quo vilou, portanto, o princípio do pedido plasmado nos artigos 3º, nº 1, 563º, nº 2, *a contrario*, e 564º nº 1, todos do CPC e, nessa medida, incorreu no vício de excesso de pronúncia previsto no artigo 571º, nº 1, al. d), última parte, e e), do CPC.
- DD. Devia, pois a C, o A e o B terem sido absolvidos do pedido cível ou, subsidiariamente, nele conenados solidariamente, com os restantes responsáveis, sem determinação da proporção da sua responsabilidade civil por tal questão não ser da competência do tribunal penal e relevar apenas para efeitos do disposto no artº 490º, nº 2, do CCivil, não interessando por isso à decisão da causa (art.º 7º, nº 1, *a contrario*, do CPP).
- EE. Quanto à 5ª Demandada Cível – Na perspectiva do tribunal a quo, a 5º Demandada Cível é solidariamente responsável em 50% pelos danos causados pelo 1º, 2º, 3º e 4º Demandados Cíveis por com eles se encontrar numa relação de comitente-comissário nos termos do art.º 477º, nº 2, aplicável por força do art.º 493º, nº 1, *in fine*, ambos do CCivil.
- FF. Sem razão.
- GG. Primeiro, porque, nos termos do disposto no art.º 493º, nº 1, última parte, e nº 2, última parte, do CCivil, só existe obrigação de indemnizar do comitente (C) independentemente de culpa se, sobre o(s) comissário(s) recair também a obrigação de indemnizar e os mesmos tiverem praticado o facto danosos no exercício da função que lhe foi confiada.
- HH. Logo, não existe obrigação de indemnizar do comitente (C) por sobre o A e o B não recair qualquer obrigação de indemnizar, e por o facto danoso não ter sido praticado pelo G e H no exercício da função que lhe foi confiada, conforme demonstrado supra.
- II. Segundo, porque os factos constitutivos da responsabilidade penal que eram *simultaneamente* constitutivos da responsabilidade civil objectiva do A e o B prevista no artº 477º, nº 2, ex vi do art.º 493º, nº 1, ambos do CCivil, **não se provaram**.
- JJ. Não se verificam, portanto, os pressupostos de aplicação do art.º 358º, nº 1, do CPP Cf. MANUEL LEAL – HENRIQUES, “Anotação e Comentário ao Código Penal de Macau”, Volume I, CFJJ, 2018, p. 424.

-
- KK. Terceiro, porque A, enquanto administrador da C (fls. 60), só responde, nos termos gerais, perante terceiros pelos danos que a estes directamente cause no exercício das suas funções, conforme resulta do disposto no art.º 250º do Código Comercial.
- LL. Por conseguinte, o disposto no art.º 493º do Código Civil não se aplica ao A pelo simples facto de os danos sofridos pela E e pela F não lhes terem sido directamente causados pelo A no exercício das suas funções.
- MM. Quarto, porque **tendo ficado provado** que o G e o H estavam cientes de que não podiam entrar no tecto falso sobre as escadas rolantes por o mesmo não suportar o seu peso **e ficado não provado** os factos descritos sob o título (3) Dos factos não provados a páginas 21 da sentença recorrida, **não demonstrado ficou** que sobre os comissários da C, ou seja, o A e o B, recaísse também a obrigação de indemnizar.
- NN. Quarto, porque o A e o B foram absolvidos na parte penal da sentença no pressuposto de que os mesmos não haviam praticado (total ou parcialmente) os factos (não provados) que lhe foram imputados nos artigos 5º (parcialmente provado), 7º (totalmente não provado), 10º (parcialmente provado), 11º (totalmente não provado) e 12º (totalmente não provado) da Acusação Pública.
- OO. O A e o B gozam, portanto, por força do disposto no art.º 579º CPC, da presunção legal (não ilidida) da inexistência desses factos, designadamente dos factos (não provados) relativos à violação do dever de prudência e à existência do nexo de causalidade entre tal violação e os danos dela resultantes a que se refere o disposto no art.º 477º, nº 1, do CCivil.
- PP. Esta presunção legal (não ilidida) da inexistência dos factos não provados nos artigos 5º (parcial), 7º (total), 10º (parcial), 11º (total) e 12º (total) da Acusação Pública **impede** a aplicação do disposto no art.º 493º, nº 1, in fine, do Código Civil e, por conseguinte, a condenação da 5ª Demandada Cível no pagamento de qualquer valor, por sobre o A e o B não recair a obrigação de indemnizar, conforme resulta do art.º 343º, nº 2 o C.Civil ex vi do art.º 579º, do CPC.
- QQ. Quinto, porque dos factos provados e não provados na sentença recorrida resulta que o G e o H estavam cientes de que o tecto falso sobre as escadas rolantes não suportava que lá se entrasse, o que significa que o A e o B não violaram (por acção ou omissão) qualquer dever de cuidado, prudência ou diligência.
- RR. Não resulta assim provado o **nexo de causalidade** entre a conduta supostamente ilícita do A e do B e o resultado lesivo descrito nos artigos 8º e 9º da Acusação Pública por *não* terem ficado provados quaisquer factos relativos à violação pelos referidos A e do B do dever de prudência, diligência ou cuidado, fosse por acção ou omissão.
- SS. Em suma, não podia, pois, ter o tribunal a quo considerado que o facto danoso foi praticado pelo G e pelo H, no exercício de função que lhes foi confiada, nem que sobre o A e o B recaía também a obrigação de indemnizar.
- TT. Sexto, porque ao determinar que a 5ª Demandada Cível é solidariamente responsável em 50% pelos danos causados pelo 1º, 2º, 3º e 4º Demandados Cíveis por com eles se encontrar numa relação de comitente-comissário, o tribunal a quo conheceu *ex officio* de matéria não excluída da disponibilidade das partes e que não interessa à decisão da causa por não respeitar ao facto ilícito gerador da obrigação de indemnização.
- UU. Acresce que o conhecimento da distribuição interna de responsabilidades pela prática do facto danoso para efeitos de regresso, ou seja, da medida das respectivas culpas dos responsáveis e das consequências que delas advieram a que se refere o disposto no art.º 490º, nº 2, do CCivil, não compete ao tribunal penal, tendo tal questão que ser discutida em acção própria (eventualmente a intentar no futuro pelos interessados) e não nos presentes autos, conforme resulta do acórdão do V.ª TUI, de 22.07.2016 (Processo nº 40/2016) in

www.court.gov.mo.

- VV. Ao conhecer da questão da distribuição interna de responsabilidades pela prática do facto danoso sem que alguém lho tivesse pedido ou a lei o impusesse, o tribunal a quo violou, portanto, o princípio do pedido plasmado nos artigos 3º, nº 1, 563º, nº 2, *a contrario*, e 564º nº 1, todos do CPC e, nessa medida, incorreu no vício de excesso de pronúncia previsto no artigo 571º, nº 1, al. d), última parte, e)e, do CPC.
- WW. Deverão, pois, a C, o A, o B, o G e o H serem absolvidos do pedido cível ou, subsidiariamente, nele condenados solidariamente, com os restantes responsáveis, sem determinação da proporção da sua responsabilidade, por tal questão não competer ao tribunal penal e não interessar à decisão da causa (art.º 7º, nº 1, *a contrario*, do CPP) por relevar apenas para efeitos do disposto no art.º 490º, nº 2, do CCivil.
- XX. Quanto ao 6º e 5ª Demandados Cíveis – segundo a sentença recorrida o 6º e o 5º Demandados Cíveis são solidariamente responsáveis em 20% pelos danos causados no exercício de uma actividade perigosa nos termos do art.º 477º, nº 2, aplicável por força do art.º 486º, nº 2, ambos do CCivil.
- Sem razão.
- YY. Primeiro porque os danos não resultaram do exercício das funções que foram confiadas pela C aos seus trabalhadores G e H, ou sejam, não resultaram de qualquer actividade perigosa, por sua própria natureza ou pela natureza dos meios utilizados, mas da realização de um facto pelos supra referidos trabalhadores, que preenche um tipo de crime contra a integridade física da E e da F.
- ZZ. Por esta razão o tribunal a quo consignou o seguinte na sentença recorrida: “ 判決確定後，為調查第三、第四民事被告（G 及 H）之倘有之刑事責任，將本案製作證明書交予檢察院，以便作出適當處理。 ” (Cf. Pág. 76 da sentença recorrida)
- AAA. Logo, não podem o 6º e 5ª Demandados Cíveis serem responsabilizados (civil ou criminalmente) por quaisquer ilícitos penais que tenham sido cometidos pelo G e pelo H, por força do carácter pessoal e intransmissível da responsabilidade penal previsto no art.º 10º do Código Penal.
- BBB. Deve, pois, nesta parte, ser revogada a sentença recorrida, com as legais consequências.
- Quanto à 7ª Demandada Cível – segundo a sentença recorrida 據澳門《民法典》第486 條第1 款之規定，第七民事被告I 是有過錯之推定，第七民事被告I 須證明其本身無過錯，又或證明即使在其無過錯之情況下損害仍會發生者除外。(Cf. pág.55 da sentença recorrida)
- CCC. Por conseguinte, o tribunal a quo considerou a 7ª Demandada Cível “K” (doravante designada por K) solidariamente responsável em 30% pelos danos causados por ela, enquanto proprietária do centro comercial, não ter cumprido adequadamente as suas obrigações de segurança e de supervisão e, nessa medida, não se poder excluir a sua responsabilidade.
- DDD. Sucede que a K devia ter sido responsabilizada pela *totalidade* do valor dos danos por força da presunção legal, não ilidida, do art.º 486º, nº 1, do Código Civil.
- EEE. Isto porque o dono da obra, ainda que ela seja executada por empreiteiro, **deve ser responsabilizado pela totalidade do valor dos danos**, uma vez que como titular do direito de propriedade da coisa, **é ele que beneficia da empreitada** e, como tal, é ele que deve arcar com as consequências danosas para terceiros que essa actividade origina.
- FFF. Trata-se, simplesmente, de uma aplicação do princípio fundamental de justiça distributiva que se exprime na máxima *ubi commodum, ibi incommodum* (ANTÓNIO PINTO MONTEIRO e PAULO MOTA PINTO, “Teoria Geral do Direito Civil”, Coimbra editora, 2005, pág. 134)

J 對上訴人 A、B、C 及 D 所提出的上訴作出答覆 (其內容載於卷宗第 1270 頁至 1287 頁)。 ²

GGG.Devia, pois, a K ter sido condenada no pagamento da totalidade do valor dos danos sofridos pela E e pela F, por força da presunção legal, não ilidida, do artº 486º, nº 1, do Código Civil ou condenada solidariamente, com os restantes responsáveis, sem determinação da proporção da sua responsabilidade, por tal questão não ser do conhecimento oficioso do tribunal penal e não interessar à decisão da causa (art.º 7º, nº 1, *a contrario*, do CPP) por relevar a apenas para efeitos do disposto no art.º 490º, nº 2, do CCivil.

HHH.Quanto à intervenienteJ(“J”)

III. O tribunal *a quo* condenou os 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º demandados cíveis e a interveniente “J” a indemnizar, conjunta e solidariamente, as duas demandantes civis, E e F, no valor de MOP\$829.862,00 e MOP\$5.000,00, respectivamente, acrescido de juros legais a contar a partir da data da sentença até ao seu integral e efectivo pagamento;

Circunscreveu também a responsabilidade da “J” à responsabilidade da K nos seguintes termos:

- 第七民事被告因未盡好監督義務而須分擔 30%的危險活動的責任·其責任轉移至其保險公司;
- (Cf. pág. 75 da sentença recorrida)

Sem razão.

JJJ. Primeiro, porque o pedido de intervenção principal provocada da “J” (J), para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 267º, nº 1 e 3, do CPC, se associar aos demandados cíveis, foi deferido por despacho de fls. 667.

KKK.Segundo, porque a responsabilidade (contra todos os riscos resultantes das obras de expansão e remodelação do “I”) do empreiteiro “D” a da subempreiteira “C”, incluindo a dos seus trabalhadores A, B, G e H por ser através deles que a subempreiteira actua fisicamente, foi transferida para a “J” através da apólice de seguro de fls. 683 a 694, cujo teor faz prova plena por força do disposto nos art.ºs 368, nº 1, 370º, nº 1 e 2, ambos do CCivil.

LLL.Terceiro, porque a seguradora é solidariamente responsável com os 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º demandados cíveis, até ao montante de HKD100,000,000.00, nos termos dos artigos 567º e 962º e ss. do Código Comercial.

MMM.Devia, pois, o tribunal a quo ter condenado os demandados cíveis solidariamente com a seguradora J, a pagar a totalidade da indemnização, com as legais consequências.

NNN.Assim não entendeu o tribunal a quo, pelo que deverá ser revogada a sentença recorrida na parte em que circunscreveu a 30% a responsabilidade civil da K e, por conseguinte, a da “J”, condenando-se a seguradora solidariamente com os demandados cíveis, sem determinação da proporção da sua responsabilidade, a indemnizar a E e a F, no valor de MOP\$829.862,00 e MOP\$5.000,00, respectivamente, acrescido de juros legais a contar a partir da data da sentença até ao seu integral e efectivo pagamento.

OOO.Resta, pois, revogar a sentença ora recorrida em conformidade com as disposições legais supra referidas por ela violadas.

Pelo exposto, e nos demais termos de direito que V. Ex.ªs doutamente suprirão, deve o presente recurso ser julgado procedente, com as legais consequências.

² 其葡文內容如下：

1. Os recorrentes apresentaram o presente recurso discordando:

- com os factos dados como provados e considerando que as premissas da

在本上訴審程序中，尊敬的助理檢察長閣下無發表意見。

responsabilidade civil não foram provadas, especialmente porque acham que foram os dois trabalhadores que decidiram por si próprios ir para dentro do pladur e violaram as regras profissionais.

- Consideram que estes trabalhadores não permitiram que as companhias executassem os seus deveres de instrução, supervisão e inspecção.
 - Alegam, ainda, que quando os dois trabalhadores decidiram entrar na proteção de pladur não estavam a exercer as suas funções.
 - Consideram que apenas o I deveria ser responsável pelos pagamentos dos prejuízos causados por ser o douto e o beneficiário do contrato de construção e responsável pelo dever de inspecção desta.
 - Por último, consideram que o contrato de seguro é válido para o projecto de expansão do I e inclui todas as empreitadas e sub-empreitadas e, assim sendo, deveria ser a companhia de seguros a responsável pelo pagamento das indemnizações sem direito de regresso contra os recorrentes.
2. Não têm, porém razão nos seus argumentos pois não existe qualquer erro, confusão, má interpretação ou violação da lei no acórdão recorrido.
 3. O acidente ocorreu pelo comportamento culposos dos dois trabalhadores.
 4. Existe um nexo de causalidade adequado entre os danos sofridos pelas 2 vítimas e o comportamento dos dois trabalhadores.
 5. Os trabalhadores são responsáveis por estes danos tendo a obrigação de os indemnizar.
 6. Os 1º, 2º e 5ª Réus cíveis contrataram os trabalhadores para desempenhar as suas funções na obra de decoração do I, surgindo, assim, uma relação de comitentes-comissários.
 7. Ora, nos termos da última parte do artigo 593º nº 1 do Código Civil, aquele que encarrega outrem de qualquer comissão responde, independentemente de culpa, pelos danos que o comissário causar, desde que sobre este recaia também a obrigação de indemnizar.
 8. No caso vertente os recorrentes são solidariamente responsáveis pelo dever de indemnizar os danos sofridos pelas vítimas deste acidente.
 9. Não faz qualquer sentido vir argumentar como fazem os recorrentes que foram os trabalhadores que não permitiram que os recorrentes executassem os seus deveres de instrução supervisão e inspecção, ou alegar que os trabalhadores não estavam a exercer as suas funções na altura do acidente.
 10. Toda a matéria provada confirma, à sociedade, que os trabalhadores estavam a exercer as suas funções e não foram, como deveriam ter sido, devidamente instruídos e supervisionados no seu trabalho.
 11. Pelo que muito bem andou o acórdão recorrido ao considerar que os recorrentes têm uma responsabilidade solidária no pagamento da indemnização às vítimas do presente caso.
 12. Considerar que a responsabilidade pertence em exclusivo ao I por ser o dono e o beneficiário do contrato de construção é desvirtualizar a lei e desresponsabilizar os recorrentes do seu dever mais evidente que é o de instruir e supervisionar o trabalho efectuado pelos seus operários!!!

Nestes termos, nos melhores de Direito e sempre com o Mui Douto suprimento de V. Excelências deve, pelas apontadas razões, ser mantido, na íntegra, o acórdão recorrido, assim se fazendo a esperada e sã Justiça!

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

1. 嫌犯 A 為「C」之負責人，其與父親 D 同為公司股東，嫌犯 B 為「C」裝修管工，兩名工人 G 及 H 則為該公司聘用的外地僱員。
2. 2018 年 11 月 26 日，D 為個人企業主的「L」承接了澳門商業大馬路「I」7 樓至 9 樓的中庭裝修工程，於 2018 年 12 月 4 日將該工程分判給「C」(詳見卷宗第 49 至 52 頁及第 58 至 63 頁)，由嫌犯 A 負責，嫌犯 A 安排嫌犯 B 及另一名工人 M 負責監督及指揮工人施工。
3. 「L」承接上述工程之前，「N」在「I」9 樓地面樓板進行了開鑿地窿的裝修工程。
期間，為防止沙石泥塵影響商場購物環境，該公司在 8 樓扶手電梯上落位置安裝了圍牆板，在 7 至 8 樓、8 至 9 樓安裝了扶手電梯頂天花圍板及在 9 樓安裝了吊棚。當該公司完成 9 樓相關工程退場時，拆除了吊棚，但留下扶手電梯頂天花圍板，以便隨後安裝扶手電梯及「C」進行裝修工程之用。
4. 在 2018 年 11 月 7 日及 11 月 16 日召開的關於“「I」9 樓擴建工程”的會議上，「N」曾清楚說明扶手電梯的圍板僅作保護之用，不能站立任何人士。當時，「C」亦有代表出席該會議(詳見卷宗第 167 至 170 頁之會議記錄)。
5. (部份)
承接了該項裝修工程後，嫌犯 A 曾前往「I」視察現場情況，見到安裝在 7 至 8 樓、8 至 9 樓扶手電梯頂的天花圍板，但嫌犯

A 並未對該等圍板的材質及承重程度進行檢查及測試。

6. 2019 年 1 月 6 日早上，嫌犯 B 到達「I」施工現場，按照嫌犯 A 的要求，安排工人 G 及 H 在現場量度扶手電梯尺寸，以確定當晚進行的工程所需的材料用量。
7. (未證)
8. 同日下午約 15 時，當 G 及 H 正在 7 至 8 樓扶手電梯的天花圍板內對扶手電梯飾面進行量度，該天花圍板因無法承受兩人之重量而突然鬆脫墮下，擊中正乘搭扶手電梯由 8 樓至 7 樓的 E (被害人，身份資料及住址載於卷宗第 31 頁) 及其女兒 F (被害人，身份資料及住址載於卷宗第 32 頁)，導致被害人 E 頭部及腰部受傷，被害人 F 腰部及手部受傷。G 及 H 亦因承受他們體重的天花圍板墮下而身體懸在半空，最後在商場保安員等人協助下才落到地面(詳見卷宗第 65 至 71 頁之觀看影像筆錄)。
9. 上述之意外直接及必然導致 E 第 12 胸椎椎體壓縮性骨折，頭皮及左肩背部挫傷，其傷患特徵符合由鈍器或其類似物所致，共需 6 至 9 個月康復，或將留有腰部疼痛及活動困難的後遺症，其傷勢符合澳門《刑法典》第 138 條 c) 項所指之情況，已對其身體完整性造成嚴重傷害；導致 F 枕部及左側腰骶部軟組織挫傷，其傷患特徵符合由鈍器或其類似物所致，共需 2 日康復，其傷勢已對其身體完整性造成普通傷害，兩人之傷勢詳載於本卷宗第 77 至 78 頁、第 80 頁、第 83 頁及第 85 頁，作為本判決書之組成部成。
10. (部份)
上述意外的發生是由於 G 及 H 之過失行為共同導致。
11. (未證)
12. (未證)

此外，審判聽證亦證實以下事實：

- 第一嫌犯聲稱為 C 裝修負責人，月入澳門幣 20,000 元，需供養

父母，具高中畢業學歷。

- 第二嫌犯聲稱為裝修管工，月入澳門幣 10,000 元，需供養父母及二名子女，具中三學歷。
- 刑事紀錄證明顯示，二名嫌犯為初犯。

民事請求方面的獲證事實

經庭審聽證，除與控訴書的獲證事實相符的事實視為得以證實之外，民事請求書及提出的以下事實亦視為得以證明：

第一被害人/第一原告

- 第一原告因是次天花圍板墮下事故，自 2019 年 1 月 6 日起入住鏡湖醫院接受治療，直至同年 4 月 26 日離開醫院，期間合共住院 111 天（卷宗第 78 版及第 80 版）。
- 第一原告出院後需要定期返回醫院覆診及接受復康治療，期間支付了醫療費合共澳門幣 47,129 元（附件 2 至附件 31）。
- 第一原告出院後需要定期返回鏡湖醫院覆診，其因傷患不能站立或行走過久，故此僅能乘坐的士，期間支付了合共澳門幣 159 元的車資（附件 32 至附件 33）。
- 第一原告出院後仍然因傷行動不便，其應醫生建議購買腋拐輔助行走，花費合共澳門幣 200 元（卷宗第 78 版、附件 34）。
- 第一原告因感到傷患處疼痛，應醫生建議購買暖水袋緩解傷患處的痛楚，花費合共澳門幣 176 元（附件 35）。
- 意外發生時，第一原告於澳門新濠影匯任職莊荷，年薪為澳門幣 251,640 元，即平均每月薪金澳門幣 20,970 元（附件 36）。
- 意外發生時，醫生表示由於第一原告的傷患一直未能康復，需要停工休息；其後醫生於 2021 年 2 月 24 日發出“輕工”證明，第一原告得於 2021 年 3 月 1 日起開始上班，但應避免增加腰部負荷之工作和暫不上夜班 3 個月（附件 37）。
- 第一原告的僱主於 2019 年 4 月 1 日起調升僱員的薪金至每月

澳門幣 21,500 元，當中包括第一原告（附件 38）。

- 自意外發生日（2019 年 1 月 6 日）至 2021 年 2 月 28 日期間，第一原告因是次意外造成的傷患導致不能工作（卷宗第 78 版、附件 39 至附件 62）。
- 第一原告的僱主視 2019 年 1 月 7 日至 12 日、2020 年 1 月 6 日至 12 日、2021 年 1 月 1 日至 8 日為第一原告的有薪病假，支付了該段期間的薪金（附件 63）。
- 而 2019 年 1 月 13 日至 2020 年 1 月 5 日、2020 年 1 月 13 日至 12 月 31 日及 2021 年 1 月 9 日至 2 月 28 日期間為第一原告的無薪病假（附件 64），即第一原告於該段期間沒有任何薪金。
- 臨床法醫學檢查指出“若無合併症的話，估計共需 6-9 個月康復（應以其主診醫生判定之康復期為準）”（卷宗第 80 版）。
- 鏡湖醫院醫生於 2021 年 1 月 25 日作出的檢查，經過 X 光顯示第一原告的胸 12 椎體壓縮約 1/5，診斷其 T12 椎體壓縮性骨折，並存有 15% 的傷殘率（附件 65）。
- 第一原告於事發日為 42 周歲。
- 第一原告的薪金於意外後有調升，但其僱主的調升對象為全體僱員、而並非只針對第一原告。
- 意外發生時，第一原告在商場內被高處墜下的天花圍板撞向左顳枕部，隨後撞到左肩背，及後更被撞至俯臥在地，其腰骶部則被墮落的天花圍板壓傷，第一原告感到頭部及背部疼痛，並伴有少許雙下肢麻木。
- 第一原告在醫院住院治療初期，要平躺在病床三個月不能下床，因為只要遭受骨折的部位稍有移動，第一原告就會感到特別痛楚。
- 平躺病床的三個月期間，第一原告的日常生活完全不能自理，進食、大小便、洗澡、甚至連月經期間替換衛生巾都要別人幫忙。

- 第一原告平躺病床三個月過後，開始可以下床做復康治療，期間，第一原告每走一步，都會感到十分疼痛。在整個治療過程，第一原告承受著劇烈痛楚。
- 醫生亦診斷第一原告會留有腰部活動受限及背部疼痛等後遺症。(卷宗第 80 頁、第 711 頁)。
- 第一原告的丈夫做散工，而第一原告任職莊荷，二人是一家三口的經濟支柱，生活開支也依靠第一原告的收入。
- 是次意外前，第一原告的家庭還需要支付女兒 (即第二原告) 的課外活動費用，尤其是鋼琴課、跳舞課及補習社費用等。
- 第一原告因是次意外受傷不能上班，故沒有工資收入。
- 意外發生前，第一原告為人積極樂觀。
- 意外事發後，第一原告外出時，尤其乘坐電梯、處於室內及看到施工地方都會感到驚慌。
- 事故發生時，第一原告與其女兒在「I」商場內購物，本應享受天倫之樂，但除了自己突然被墮下的圍板壓傷外，第一原告更親眼見到自己的女兒受傷，作為母親不能好好保護女兒，女兒更因此需要接受學校老師的心理輔導，使第一原告感到自責及難過。
- **於 2021 年 4 月 21 日至 2022 年 6 月 8 日期間接受治療，第一原告需要支付醫藥費合共澳門幣 3,926 元 (本追加請求的附件 1 至附件 4)。同時附上第一原告於 2021 年 5 月 14 日至 2022 年 6 月 8 日期間的疾病證明。(本追加請求的附件 5 至附件 8)
- 根據醫學鑑定報告：第一原告的上述傷患已達至醫學上治癒，其後不需要持續接受治療，有需要時可以接受止痛等對症治療。第一原告符合為因是次事故導致留有腰部活動受限及背部疼痛等的後遺症，根據第 40/95/M 號法令附件之無能力表第 13 條 a)項 3)第 12 胸椎椎體壓縮性骨折 (有變形) (0.15)，其“長期部分無能力”(Incapacidade Permanente Parcial I.P.P.)(傷殘)

評定為 15%。根據報告顯示，第一原告的上述軟組織傷患現已康復，其後不需要再持續接受治療。

第二被害人/第二原告

- 意外發生時，第二原告在商場內被高處墮下的天花圍板壓傷致後枕及左腰骶，即時感到劇烈疼痛。
- 治療期間，第二原告需要接受電療復康，為此感到疼痛。
- 經醫生診斷，第二原告的枕部及左側腰骶部軟組織挫傷，需要 2 天的康復期。
- 事發時第二原告只有 12 歲，與母親於「I」商場內愉快購物，突然被高處墮下的天花圍板壓傷，更親眼目睹母親被壓傷。
- 第二原告感到害怕及恐懼，且情緒低落。
- 第二原告需要接受學校老師提供的心理輔導。
- 事發後，每當第二原告外出時，尤其乘坐電梯、處於室內及看到施工地方都會感到警慌。
- 是次意外前，第二原告學習鋼琴及跳舞，並在課餘時間到補習社溫習功課。於意外後曾暫停上述活動。

第一民事被請求人 A 提交之民事答辯狀中對判決重要之事實已獲證明屬實，尤其如下：

- O 1º Demandado Cível apenas era superior hierárquico dos 3º e 4º Demandados Cíveis (trabalhadores), actuando em representação da 5ª Demandado Cível quando transmitiu a ordem de trabalho aos mesmos.
- O 1º Demandado Cível quem deu ordem de trabalho aos 3º e 4º Demandados Cíveis, aquele apenas actuou em nome e em representação da 5ª Demandado Cível.
- Nessa medida, o que cabia ao 1º Demandado Cível era dar ordem de trabalho para execução da obra e mandar o 2º

Demandado Cível supervisionarem os empregados-especialistas-i.e. os 3º e 4º Demandados Cíveis--.

- Devido ao facto de o 1º Demandado Cível ser o gerente/administrador da 5ª Demandado Cível, conforme a certidão comercial de fls. 60.
- A 5ª Demandado Cível foi a subempreiteira do 6º Demandado Cível, a qual respondia pela execução da obra entre 7º piso e 9º no "I".
- Os 3º e 4º Demandados Cíveis celebrou os contratos laborais com a 5ª Demandado Cível.
- Os 3º e 4º Demandados Cíveis possuem os cartões de segurança ocupacional de construção civil.
- Os 3º e 4º Demandados Cíveis actuaram sob directa orientação dos 1º e 2º Demandados Cíveis.
- O 1º Demandado Cível exigiu ao 2º Demandado Cível e aos 3º e 4º Demandados Cíveis a execução da obra no 9º piso do "I" e, simultaneamente, a realização dos trabalhos preliminares necessários, incluindo a inspecção do local da obra antes da data da sua execução (de fls. 101v)

第二民事被請求人 B 提交之民事答辯狀中對判決重要之事實已獲證明屬實，尤其如下：

- O 2º Demandado Cível da 5ª Demandada, cuja tarefa era supervisionar a execução da obra, designadamente preparação dos materiais e utensílios necessários.
- O 2º Demandado ser empregado da 5ª Demandada, actou por conta e sob orientação da mesma através do seu administrador, ora 1º Demandado.
- O 1º Demandado era seu hierárquico superior o qual era

gerente/administradores da 5ª Demandada (Cfr. certidão comercial de fls. 60), por isso, aquele actuou em representação desta.

- Daí que o 2º Demandado, com efeito, actuou sob orientação da 5ª Demandada através do seu titular de órgão da administração.
- O 2º Demandado é o hierárquico superior dos 3º e 4º Demandados.
- O 2º Demandado mandou os 3º e 4º Demandados que se deslocassem ao local para medição de obra.
- O 2º Demandado apenas lhes mandou a preparar trabalhos preliminares e proceder a respectiva diligência de segurança caso entenderem necessário.
- Os 3º e 4º Demandados (trabalhadores) eram trabalhadores que possuíam os cartões de segurança ocupacional de construção cível de fls. 89 e 90.
- Os 1º e 2º Demandados entenderam que os 3º e 4º Demandados (trabalhadores) possuíam os cartões de segurança ocupacional de construção civil, por essas razões que os O 1º e 2º Demandados não instruíam os 3º e 4º Demandados (trabalhadores) a prestar atenção à segurança durante a construção e deixaram a responsabilidade pela segurança de obras para os dois trabalhadores implementarem conscientemente.

第三民事被請求人 G 提交之民事答辯狀中對判決重要之事實已獲證明屬實，尤其如下：

- 因屬單純爭辯之內容，無重要事實予以認定。

第四民事被請求人 H 提交之民事答辯狀中對判決重要之事實已獲

證明屬實，尤其如下：

- 因屬單純爭辯之內容，無重要事實予以認定。

第五民事被請求人 C 無提交之民事答辯狀。

第六民事被請求人 D (其經營 L 的企業) 提交之民事答辯狀中對判決重要之事實已獲證明屬實，尤其如下：

- O 6º Demandado Cível não tinha mandado delegante a participar na aludida reunião.

其餘事實，因屬單純爭辯之內容，無重要事實予以認定。

第七民事被請求人 I 提交之民事答辯狀中對判決重要之事實已獲證明屬實，尤其如下：

- A 7ª Demandada Cível é proprietária e gestora do I, local onde estavam em curso obras de remodelação quando, em 06.01.2019, ocorreu o acidente nos presnetes autos.
- A 7ª Demandada Cível celebrou um contrato de empreitada com D, ora 6º Demandado Cível que, por seu turno, celebrou um contrato de subempreitada com a C, ora 5ª Demandada Cível.
- A relação contratual que estabeleceu foi com 6º Demandado Cível, na qualidade de titular da empresa em nome individual L, a quem adjudicou a realização das obras de decoração.
- A 7ª Demandada Cível celebrou contrato de seguro de responsabilidade civil com a companhia de seguros J, através da apólice nº AMC/ECA/18-80004490, cuja cópia ora se junta como Doc. 1.
- Pela referida apólice, a 7ª Demandada Civil transferiu validamente a eventual responsabilidade que pudesse

resultar pela realização das obras de expansão e renovação no I, no período de 28.06.2016 a 31.12.2017 (acrescido do período de manutenção de 01.01.2018 a 31.12.2019), seguro posteriormente prorrogado pelo período adicional de 225 dias, a partir de 19.12.2018 a 31.07.2019 (acrescido do período de manutenção de 01.08.2019 a 31.07.2020).

誘發參加之利害關係人 J 所呈交之民事答辯書提出的以下事實亦視為得以證明：

- A responsabilidade cível (“contractor all risks”) que pudesse resultar do risco derivado da realização de obras de expansão e renovação no I tinha sido transferida para a chamada, ora contestante, através do contrato de seguro titulado pela apólice nº AMC/ECA/18-80004490. (cfr.doc. nº 1)
- Essa responsabilidade civil cobre todos os riscos inerentes à obra da expansão e renovação no I.
- O acidente em discussão ocorreu pelos atos voluntários dos 3º e 4º Demandados (trabalhadores) que, resolveram conscientemente ficar em pé nos tectos de vedação causado a sua queda e posterior embate nas demandantes.
- Os 3º e 4º Demandados (trabalhadores) sabiam que os referidos tectos não tinham capacidade para suportar o peso de um homem.

未證事實：

本案刑事部份存在與獲證事實不相符合的未證事實：

- 於案發當天即 2019 年 1 月 6 日早上，嫌犯 A 在未能確保天花圍板在施工過程中不會鬆脫墮下對他人造成危險的情況下，便安排工人在現場施工。(第 5 點，部份)
- 於 2019 年 1 月 6 日早上，嫌犯 B 以目測方式查看了現場，對

天花圍板的承重程度未作任何檢查和測試，在並不確定天花圍板是否能承受兩名工人的體重的情況下，便吩咐 G 及 H 從 8 至 9 樓扶手電梯之地面層進入 7 至 8 樓扶手電梯的天花圍板內對扶手電梯飾面進行量度（第 7 點）

- 上述意外的發生是由於嫌犯 A、嫌犯 B 與之過失行為共同導致。嫌犯 A 作為工程負責人，在未對該等圍板的材質及承重程度進行檢查及測試，未能確保在施工過程中天花圍板不會鬆脫墮下對他人造成危險的情況下，便安排工人在現場施工；嫌犯 B 作為施工監督人，在不能確定天花圍板是否能承受兩名工人的體重的情況下，便要求 G 及 H 進入該天花圍板內工作。（第 10 點，部份）
- 兩名嫌犯清楚知道在安排工人在天花圍板內進行工作時，需要特別小心，亦需提示工人注意圍板之承托力。然而，於案發時二名嫌犯本應注意，且能注意，但實際上沒有注意到上述的義務，導致上述意外發生，並使二名被害人身體遭受傷害（見第 872 頁）。（第 11 點）
- 兩名嫌犯清楚知悉其行為觸犯法律，會受法律制裁。（第 12 點）

第一、第二民事請求人的民事賠償請求書、追加狀中所載、且與獲證事實不相符合的其餘事實，均視為未證事實或與訴訟標的並無關聯：

- 第一原告遭受的傷患仍未完全痊癒。隨後仍需按醫生建議及安排返回醫院接受康復治療。
- 第一原告患有的傷殘情節來看，該等傷患必然對其任職莊荷的工作帶來不利惡果，因為其骨折傷殘致使不能長時間站立及坐下，否則會感到疼痛。
- 第一原告感到完全沒有尊嚴及無助，覺得自己是個“廢人”，天天以淚洗面，受盡精神折磨。
- 第一原告現仍然明顯感受到腰部疼痛、尤其是天氣轉變更是痛

得不能忍耐，有時久站或久坐都會加重疼痛，需要服用止痛藥及敷暖水袋舒緩。

- 第一原告經常因疼痛而不能入眠，需要服用醫生處方的安眠藥方能入睡片刻。
- 第一原告長期因傷患而遭受疼痛折磨，又不能工作，致其一段很長時間除了外出看醫生外、就僅能鬱留家中，令其精神及心理狀況明顯惡化。加上腰部疼痛劇烈加上不能入眠，為第一原告的精神帶來極大困擾，經常無故出現情緒低落、不開心、哭及難過等負面情緒及想法，甚至曾出現過自殺的念頭。
- 更甚者，意外發生後，第一原告失去了應有的生活習慣及樂趣，因腰部疼痛而不能與丈夫進行性生活，起初丈夫會體諒第一原告的疼痛，但隨著時間過去，二人開始因不能進行性生活而發生爭吵，影響夫妻之間的感情及生活。
- 事發後，第一原告外出時，尤其乘坐電梯、處於室內及看到施工地方害怕會再次因有異物墮下而受嚴重傷害，對日常生活造成極大困擾。
- 第一原告偶然聽到親友到「I」購物、或看到親友在網上發佈於「I」購物的照片及消失時，第一原告就會想起意外發生經過，並出現冒汗及顫抖等行為，同時感到害怕及驚恐。
- 第一原告為一名莊荷，其腰部疼痛必然對其將來的工作造成負擔。第一原告已不能勝任莊荷的工作。
- **第二原告深愛鋼琴及跳舞，因不能上課而感到難過及沮喪。
- 第二原告曾有朋友邀請其到「I」購物，但其想起意外發生經過仍然感到恐懼，拒絕朋友邀請，但被朋友嘲笑“無膽”，第二原告感到十分難過。
- 第二原告現仍偶然感到頭部及腰部疼痛。

第一民事被請求人 A 提交之民事答辯狀中對判決重要之事實未獲證明屬實，尤其如下：

- Sucede que o 1º Demandado Cível apenas foi responsável pela gestão e representação da 5ª Demandado Cível, incluindo a organização dos recursos humanos.
- Daí que nunca deu e era impossível ao 1º Demandado Cível dar uma instrução concreta aos seus empregados-especialistas no sentido de indicar-lhes certo meio concreto de execução da obra.
- Os 3º e 4º Demandados Cíveis, para evitar a sua responsabilidade penal perante as ofendidas, fugiam para o Interior da China.
- O 1º Demandado Cível não participou a reunião em que a testemunha O, representante da “XXX” tinha visado sobre o perigo potencial existente nos tectos de vedação.
- Era impossível ao 1º Demandado Cível ter conhecimento sobre o perigo potencial existente nos tectos de vedação por ele não é especialista no âmbito de engenharia.

第二民事被請求人 B 提交之民事答辯狀中對判決重要之事實未獲證明屬實，尤其如下：

- O título do cargo do 2º Demandado se designe como “superior”, na verdade, ele era responsável pela supervisão em organizar o recurso laboral, mas não por supervisionar os trabalhadores-especialistas a executarem a obra in loco.
- Devido ao facto de que tinha que “supervisionar” e organizar simultaneamente os trabalhadores a executarem as obras nos lugares diferentes e assegurar materiais e utensílios suficientes para as obras a executar nos locais diferentes.
- Tendo em consideração a natureza de multitarefa do seu cargo, tinha que se deslocar a locais diferentes de obra para

fiscalizar a organização do recurso laboral e preparar os materiais e utensílios necessários.

- Era os 3º e 4º trabalhadores profissionalmente especialistas, entre os quais o 4º Demandado possui mais experiência de trabalho (em comparação com a do 3º Demandado), por conseguinte, era designado aquele que tinha mais experiência de trabalho como “Trabalhador Especialista-Chefe”.
- O 3º Demandado também passou a ser “líder” que guiou outro trabalhador na execução da obra quando o “supervisor”, ora 2º Demandado, saiu do local da obra.
- Os 3º e 4º Demandados gozavam de plena liberdade técnica na execução da obra, devendo ainda decidir e avaliar das eventuais diligências e medidas de segurança a adoptar consoante cada caso, entre outros.

第三民事被請求人 G 提交之刑事答辯狀中所載、且與獲證事實不相符合的其餘事實，均視為未證事實或與訴訟標的並無關聯。

第四民事被請求人 H 提交之刑事答辯狀中所載、且與獲證事實不相符合的其餘事實，均視為未證事實或與訴訟標的並無關聯。

第五民事被請求人 C 無提交民事答辯狀。

第六民事被請求人 D (其經營 L 的企業) 提交之民事答辯狀中所載、且與獲證事實不相符合的其餘事實，均視為未證事實或與訴訟標的並無關聯。

第七民事被請求人 I 提交之民事答辯狀中所載、且與獲證事實不相符合的其餘事實，均視為未證事實或與訴訟標的並無關聯。

誘發參加之利害關係人 J 提交之民事答辯狀中所載、且與獲證事實不相符合的其餘事實，均視為未證事實或與訴訟標的並無關聯。

三、法律部份

本程序需要審理民事被請求人的上訴。

首先，雖然眾上訴人在其等一起提出的上訴理由中，質疑了原審法院的事實認定，即原審法院一方面認定“第三和第四被告(工人)知悉上述天花圍板無法支撐一個人的重量”，但沒有認定得到證實“嫌犯 B 作為施工監督人，在不能確定天花圍板是否能承受兩名工人的體重的情況下，便要求 G 及 H 進入該天花圍板內工作”，卻又證實“同日下午約 15 時，當 G 及 H 正在 7 至 8 樓扶手電梯的天花圍板內工作時.....”，最後得出結論，不能認定上訴人等的民事責任的前提得到證實，特別是因為他們認為是兩名工人自行決定進入天花圍板並違反了職業規則，也就是說，有關工人並非在履行上訴人所授予的工作時而產生的事故，不符合適用《民法典》第 493 條第 1 款的前提。

一方面，上訴人並沒有提出原審法院的事實認定陷入《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款所規定的任何瑕疵，另一方面，上訴人實際上是不同意原審法院對已證以及未證事實的解釋所得出的上訴人等存在民事責任（因委託而產生的風險責任）的結論，即僅僅提出一個純粹的法律問題——上訴人等的民事責任的前提沒有得到證實；更何況，行為人被開釋被控告的罪名之後，享有《民事訴訟法典》第 579 條的不可推翻的無過錯推定，其等作為委託人的因受託人的無過錯推定而失去了承擔民事責任的前提。

其次，原審法院所確定的存在因委託關係的無過錯責任時，委託方存在《民法典》第 493 條第 3 款所規定的返還求償權的認定陷入法律適用的錯誤的瑕疵。

因此，請求開釋上訴人的民事責任，即使不這樣，也僅需判處其等的連帶責任，而不確定其等的返還權，因為此返還權必須在本身的訴訟中提出以及作出決定。

最後，只有 I 因作為施工合約的受益人而並承擔檢查義務應對其收益的“危險活動”承擔造成的損失才有賠償責任。而基於此，保險合約對 I 擴建專案有效，並包括所有合約和分包合同，因此保險公司應負責

向上訴人支付賠償金，但無返還權。

我們逐一看看。

無罪判決中對民事責任的認定

在本案中，原審法院作出了無罪判決，因此就不能以犯罪行為而確定民事損害賠償的責任，而只能單純依照民法所確定的民事責任規則進行審理，包括考慮《刑事訴訟法典》第 358 條第 1 款的規定作出決定。

第 358 條（關於民事損害賠償請求之裁判）

一、如顯示民事損害賠償之請求屬有依據，則判決須判處嫌犯負責有關之民事損害賠償，即使該判決為無罪判決，但不影響第七十一條第二款及第七十四條之規定之適用。

二、如應負民事責任之人有參與有關刑事訴訟程序，只要其責任被確認，則有關之民事損害賠償判處係針對應負民事責任之人，或以連帶責任方式針對應負民事責任之人及嫌犯。

三、對民事當事人在司法稅、訴訟費用及服務費方面之判處，須遵從本法典及有關訴訟費用之法例規定中可適用之部分。

在眾多的司法見解中，尤其是比較法領域的司法見解，都認為刑事的無罪判決並不妨礙審理民事請求並作出給付判決，只要能夠確定構成民事責任的要件，即：行為人意志可以控制的行為，行為的不法性，行為人的過錯（故意或者過失），損害及其與事實之間存在因果關係。³ 這也就是上述的《刑事訴訟法典》第 358 條的立法原意。

《刑事訴訟法典》第 358 條所規定的，是在法院作出刑事無罪判決的情況下，必須考慮是否得到證實存在產生民事賠償責任的不法行為。

4

³ 參見葡萄牙最高法院於 2011 年 12 月 15 日在第 863/08.4TDLSB.L1.S1 號卷宗中的判決。亦參見中級法院 2014 年 9 月 11 日所作的第 791/2012 號上訴案的判決。

⁴ 參見葡萄牙最高法院於 2012 年 2 月 15 日在第 476/09.0PBBGC.P1.S1 號卷宗中的判決。

《民事訴訟法典》第 579 條規定“刑事無罪裁判之效力”，這個條文寫道：

“一、以嫌犯並未作出其被歸責之事實為由判嫌犯無罪之刑事裁判確定後，在任何民事訴訟中，於法律上推定該等事實不存在，但該推定可透過完全反證予以推翻。

二、上款所指之推定優於民法中所作之關於過錯之任何推定。”

我們可以看到，這條文的重點在於無罪裁判“以嫌犯並未作出其被歸責之事實為由判嫌犯無罪”。在本案的刑事判決沒有得到證實的部分是“沒有證實嫌犯實施了侵犯受害人的身體完整性的行為”，而不是證實了“嫌犯沒有實施被控的犯罪事實”，或者“其行為具有合法性”而開釋其罪名。

所以，一方面，刑事嫌犯並不能享受這一條文所規定的推定，另一方面，本案並沒有任何因素妨礙法院再次確認民事賠償在責任的成立與否，尤其是像本案上訴人所提出的民事被告不存在過錯的確認。⁵

而在本案中，所涉及的當事人，除了四名上訴人外，還有被開釋刑事責任的行為人以及第七民事被告 I 這個裝修工程的受益方，而四名上訴人，雖然，並非直接的行為人，但是，基於其等與直接行為人，即被雇用的兩名嫌犯 G、H（第三、第四民事被告）的委託關係，其等是否必須承擔民事責任，重點不在於是否存在過錯，而在於其等是否基於之間的委託關係而產生民事責任，因為受託人的過錯並非免除委託人責任的原因⁶。

因委託關係而產生的“風險責任”的確定

《民法典》第 493 條第 1 款的規定，“委託他人作出任何事務之人，無論本身有否過錯，均須對受託人所造成之損害負責，只要受託人

⁵ 類似的理解參見中級法院 2014 年 9 月 11 日所作的第 791/2012 號上訴案的判決。

⁶ 參見比較法領域的葡萄牙最高司法法院於 1978 年 10 月 26 日的判決，載於《BMJ》第 208 號，第 300 頁。

對該損害亦負賠償之義務”。

換句話說，只要受託人負有賠償義務，那麼委託人便對受託人所造成的損害承擔風險責任。委託人承擔客觀責任的首要要件是存在委託，也就是說，某人委託另一人作出任何事務。

這就是我們所說的，當某人從事利己活動是對他人增加了風險，從這些活動而對他人造成的損害當然必須由從該活動獲益者承擔責任。因此，法律依照社會公正以及互助原則而規定了風險責任或客觀責任(*ubi commoda, ibi incommoda*)。⁷

委託一詞在此泛指為他人利益並在其領導下進行工作或活動，這項活動既可以是一項單獨行為也可以是一個長期職務，既可以是無償的也可以是有償的，既可以是體力也可以是腦力的，不一而足。而且“委託要求在委託人和受託人之間存在一種能夠令前者向後者發出命令或指示的依賴關係……，因為只有存在領導的可能性，前者才有理由為後者的行為負責。例如傭人相對於老闆、工人或僱員相對於僱傭實體、受權人相對於委任人，或司機相對於車主都屬於這種關係”。⁸

在本案中，行為人（兩名嫌犯，第三、第四民事被告）為第五民事被告 C 的員工，第一和第六民事被告同為第五民事被告的股東，而第二民事被告為第五民事被告的監工，根據已證事實所顯示的，第二民事被告是按照第一民事被告的要求安排第三、第四民事被告進行有關的作業的，也就是說，上訴人以及第七民事被告 I 與行為人第三、第四民事被告存在委託關係。

我們可以看到委託人的民事責任的確定包含以下的要素：

第一， 存在委託關係；

第二， 這種關係的特點是受託人對委託人的服從或者依賴關係，並接受委託人的工作命令或者工作指導；

⁷ Mota Pinto 所著《Teoria Geral do Direito Civil》 中文版，第 59 頁。

⁸ Antunes Varela 著：《Das Obrigações em Geral》，第十版，第一卷，第 640 頁。參見終審法院於 2015 年 10 月 23 日在第 107/2014 號案中的判決。

第三，行為在受託人履行委託人交與其的職務時作出的。⁹

一方面，作為一般原則，基於委託關係而產生的“風險責任”，委託人與受託人承擔連帶責任；另一方面，如果不能確定損害事實由受託人的過錯行為所決定，就僅委託人就有關損害承擔民事責任，而作為受託人並無需在本案中承擔責任。¹⁰

原審法院的已證事實顯示：上述意外的發生是由於 G 及 H 之過失行為共同導致。

而其行為也純粹是源於履行委託人所交與的工作而產生，原審法院所認定的已證事實顯示：

- “- 2019 年 1 月 6 日早上，嫌犯 A 到達「I」施工現場，按照嫌犯 A 的要求，安排工人 G 及 H 在現場量度扶手電梯尺寸，以確定當晚進行的工程所需的材料用量。
- 同日下午約 15 時，當 G 及 H 正在 7 至 8 樓扶手電梯的天花圍板內對扶手電梯飾面進行量度，該天花圍板因無法承受兩人之重量而突然鬆脫墮下，擊中正乘搭扶手電梯由 8 樓至 7 樓的 E 及其女兒 F，導致被害人 E 頭部及腰部受傷，被害人 F 腰部及手部受傷。”

可見，作為委託人，第五民事被告所提出的行為人並非在其履行職務之時所實施的行為的主張完全沒有理由，不能予以採納。其因委託關係而承擔的民事責任的前提（與非上訴人——第三、第四民事被告的連帶責任）已經得到確認。

至於其他民事被告，第一、二、五、六、七民事被告，即使不是直接作出委託行為的人，也是間接作出委託並從委託關係中獲得經濟利益者，均必須共同承擔因委託關係而產生的連帶“風險責任”。

至於其等應該承擔多少的分擔責任，則是他們之間的內部關係，不

⁹ 參見比較法領域的葡萄牙最高司法法院於 1977 年 11 月 17 日的判決，載於《BMJ》第 271 號，第 201 頁。

¹⁰ Mota Pinto 所著《Teoria Geral do Direito Civil》第三版，第 323 頁。

是民事請求的標的(民事請求載於卷宗第 291-302 頁)，無需予以審理。

危險活動而產生的責任的認定

《民法典》第 483 條在規定了有義務就其侵犯或違反所造成之損害向受害人作出損害賠償的責任以故意或者過錯為前提的一般原則之後，明確規定了不取決於有無過錯的損害賠償義務，只有在法律規定的情況下方存在的制度。

如《民法典》第 493 條第 2 款規定的“在從事基於本身性質或所使用方法之性質而具有危險性之活動中，造成他人受損者，有義務彌補該等損害；但證明其已按當時情況須採取之各種措施以預防損害之發生者除外”，屬於推定責任。

然而，我們應該明白的是，即使可以將第七民事被告所獲益的裝修工程屬於危險活動並可以接受其具有推定責任，但是，原審法院已經明確確定了有關的事故為第三、第四民事被告的過失所致，也就不會再產生危險責任的推定了，即確定的過錯責任不可能與因危險活動而產生的風險責任相競合。¹¹

因為兩者存在排他的關係，也就是為何法律規定推定責任是可以推翻的推定，容許受損於推定責任者可以反證推翻推定，那證實了第一層次的責任，也就不會產生第二層次的責任了。當然，這項應該予以排除的風險責任，並不是因委託關係而產生的風險責任。

因此，這部分的法律適用不當，應該予以糾正。

確定返還索求權的決定的合適性

我們知道，《民法典》在其第 493 條第 1、2 款規定了委託人的民事責任的確定制度之後，在其第 3 款中確立了委託人對存有過錯的受託人的返還索求權的制度：

¹¹ 參見中級法院於 2014 年 6 月 12 日在第 516/2011 號案件中的判決。

“三、作出損害賠償之委託人，就所作之一切支出有權要求受託人償還，但委託人本身亦有過錯者除外；在此情況下，適用第四百九十條第二款之規定。”

原審法院在本案中也是一同確定了委託人的這項權利。但是，我們認為欠妥。最重要的原因是在於，我們知道，民事被告的地位由民事原告的請求所決定的(《民事訴訟法典》第 58 條)。首先，就民事請求方面，我們僅需審理民事原告所提出的民事請求 (卷宗第 291-302 頁)，並就此請求作出決定。其次，在本案中，委託人與受託人在本案中均屬於民事原告的被告，他們具有相同的訴訟地位，同屬主訴訟主體，而非單純的參與人，無論是主參與還是誘發參與，而受託人在本案中並非委託人的被告，不但沒有對其提出過請求，也不可能提出此請求，並以被告身份將同是被告的人確定為他的被告。

這是訴訟正當性的制度以及請求原則使然(《民事訴訟法典》第 409 條第 1 款)。

那麼，原審法院的判決存在過分審理，存在《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項的瑕疵，予以宣告無效。

即使出現無效的情況，合議庭也不能就此無效作出直接判決，因為這涉及到所針對的事宜並不構成本案的訴訟標的。

是時候作出決定了。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的上訴理由部分成立，判決如下：

- 宣告原審法院關於委託人的返還索求權的確定部分的決定無效；
- 以不同於原審法院的判決理由維持原審法院所確定的第一、第二、第五、第六以及第七民事被告連帶承擔因第三、第四民事被告的

過錯責任的賠償責任。

- 基於合議庭沒有改變原審法院所結算的賠償金額，所有賠償須根據終審法院 2011 年 3 月 2 日第 69/2010 號案件的統一司法見解（見 2011 年 3 月 21 日第 12 期《澳門特別行政區公報》第一組副刊）所確定的遲延利息的計算方法去計算遲延利息。

本程序的訴訟費用由所有上訴人共同支付。

澳門特別行政區，2024 年 4 月 25 日

蔡武彬 (裁判書製作人)

陳廣勝 (第一助審法官)

譚曉華 (第二助審法官)